



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

08/05/2012

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. SEM ASSUNTO.....	1 - 7
2. JORNAL AQUI	
2.1. SEM ASSUNTO.....	8 - 12
3. JORNAL ATOS E FATOS	
3.1. SEM ASSUNTO.....	13 - 21
4. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
4.1. SEM ASSUNTO.....	22 - 25
5. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
5.1. SEM ASSUNTO.....	26 - 28
6. JORNAL EXTRA	
6.1. SEM ASSUNTO.....	29
7. JORNAL O DEBATE	
7.1. SEM ASSUNTO.....	30 - 32
8. JORNAL O IMPARCIAL	
8.1. SEM ASSUNTO.....	33 - 40
9. JORNAL O QUARTO PODER	
9.1. SEM ASSUNTO.....	41 - 45
10. JORNAL PEQUENO	
10.1. SEM ASSUNTO.....	46 - 56

■ Juizados Especiais

O 11º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo e o 2º Juizado Especial Criminal estão com atendimento suspenso porque o prédio onde funcionam está sem energia elétrica. A Diretoria de Engenharia do Tribunal de Justiça do Maranhão e a Coordenação do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais estão trabalhando para resolver o problema o mais rápido possível. Os dois juizados ficam na avenida Casemiro Júnior, nº 260, no Anil.

Inspeção em presídios avalia situação de presos com doenças mentais

Inspeção realizada no Centro de Detenção Provisória (CDP) e na Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ), em Pedrinhas, pelo juiz auxiliar da 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís, Douglas de Melo Martins - acompanhado do assessor do Grupo de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça, Ariston Chagas, da promotora Rosanna Conceição, do defensor público Alberto Pessoa Bastos, e do psicólogo Paulo Guilherme - constatou situação de abandono familiar, falta de acompanhamento médico psiquiátrico e assistência social aos presos com transtornos psíquicos ou mentais.

“Estes presos devem cumprir a medida de segurança em local que ofereça tratamento adequado e separados das pessoas que aguardam julgamento, mas que têm condições de discernimento de todos os seus atos”, ressalta o juiz Douglas Melo Martins.

Durante a inspeção - mo-

tivada por denúncias de irregularidades no tratamento aos presos com doenças mentais - foram analisados prontuários e realizadas entrevistas com os detentos que cumprem medida de segurança.

Casos como o do preso G. S. R. F., que disse não receber a visita de nenhum familiar desde a sua prisão e tomar medicamentos apenas esporadicamente, deverão ter o encaminhamento adequado.

“Com a inspeção, foi possível constatar que a situação dos presos entrevistados no CDP restringe-se a apenados com transtornos psicóticos, enquanto na CCPJ o problema é a dependência química. O Estado não dispõe de condições para tratamento adequado”, avalia o defensor público Alberto Pessoa.

Para a promotora Rosanna Conceição, os problemas são graves. “Há detentos com transtornos psicológicos que precisam de tratamento contínuo e diferenciado, outros

apresentam dependência química. O Ministério Público vai diligenciar no sentido de informar outras promotorias vinculadas às varas a necessidade de providências para modificar essa realidade”, diz.

Após a inspeção, realizada quinta-feira (3), o grupo propôs a realização de uma reunião com os órgãos responsáveis para tratar especificamente dos casos que envolvem os presos de medida de segurança.

“Vamos comunicar a situação aos juízes das respectivas varas processantes dos presos entrevistados, para que verifiquem cada um dos processos correspondentes. Além disso, vamos agendar reunião com os secretários de Estado da Saúde, da Justiça e da Administração Penitenciária”, salienta o juiz.

As visitas às unidades prisionais são realizadas mensalmente com objetivo de averiguar as condições estruturais e dos serviços prestados. Os

dados recolhidos são enviados em forma de relatório para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e servem de base para elaboração de políticas públicas voltadas para a área prisional.

Superlotação - Outro problema verificado pelo grupo foi a superlotação nas unidades prisionais. O CDP, que tem capacidade para 402 presos, abriga atualmente 698 detentos, cinco desses cumprindo medida de segurança. Já a CCPJ de Pedrinhas, projetada para 160 internos, mantém outros 100 além da sua capacidade, sendo cinco doentes mentais e dependentes de drogas.

De acordo com compromisso estabelecidos no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado dia 6 de fevereiro deste ano, 600 presos provisórios do Complexo Penitenciário de Pedrinhas devem ser transferidos para o interior do Estado, até dezembro deste ano.

JUSTIÇA **Pág. 7**

Prefeito de Presidente Juscelino vai responder a ação penal

Por unanimidade, a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão recebeu, ontem, denúncia do MPE contra o prefeito de Presidente Juscelino, Dácio Rocha Pereira, acusado de apresentar a prestação das contas anuais ao TCE, referente ao exercício financeiro de 2009.

Prefeito de Presidente Juscelino vai responder a ação penal

Por unanimidade, a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão recebeu, nesta segunda-feira (7), denúncia do Ministério Público estadual (MPE) contra o prefeito de Presidente Juscelino, Dácio Rocha Pereira, acusado de apresentar a prestação das contas anuais ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE), referente ao exercício financeiro de 2009.

A denúncia do MPE tem como base a lista disponibilizada pelo TCE, por meio da Resolução Administrativa nº 157/2010, que declarou inadimplente o denunciado e outros prefeitos e presidentes de câmaras municipais com relação ao exercício financeiro municipal do ano de 2009. Em sua defesa, Pereira apontou a ausência

de prejuízo ocasionada a terceiros.

Segundo a Procuradoria Geral de Justiça, existem provas da materialidade e autoria do crime pela prática prevista no artigo 1º, VI, do Decreto-Lei nº 201/1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores na prestação das contas anuais da administração financeira municipal aos órgãos responsáveis, dentro dos prazos e condições estabelecidos.

O desembargador Bernardo Rodrigues, relator do processo, teve o mesmo entendimento do Ministério Público e votou pela instauração da ação penal contra o prefeito. Os desembargadores Benedito Belo e Joaquim Figueiredo acompanharam o voto do relator.

Corregedor-geral reúne-se com juízes de Imperatriz e comarcas próximas

Na manhã desta segunda-feira (7), o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, e a juíza-corregedora Alice Prazeres estiveram no Fórum Min. Henrique de La Rocque, em Imperatriz, reunindo-se com juízes e serventuários Extrajudiciais. Na oportunidade, o corregedor-geral reafirmou o compromisso da Corregedoria Geral da Justiça em coordenar, orientar e fiscalizar as ações desenvolvidas pela Justiça de 1º grau em todo o Estado.

Em sua primeira visita à Imperatriz, o corregedor-geral Cleones Cunha ouviu os juízes que expuseram as dificuldades por eles evidenciadas e prometeu buscar soluções para os problemas apresentados. “O objetivo dessa reunião é sentir as dificuldades enfrentadas pelos juízes e não medir esforços para a resolução dos mesmos”, frisou.

O diretor do Fórum de Imperatriz, juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto, titular da 2ª Vara da Família, se mostrou satisfeito com as providências que o corregedor garantiu para a melhoria de funcionamento dos serviços judiciários.

Sistema Auditus - A juíza-corregedora Alice Prazeres participou de

outra reunião, esta com os técnicos de Serventias Extrajudiciais, apresentando o Sistema Auditus, que deve melhorar as comunicações da Corregedoria da Justiça com as Serventias, visando a elaboração de um quadro geral de toda a Serventia Extrajudicial no Maranhão.

Imperatriz foi a primeira cidade do Estado na qual foi apresentada a plataforma. Acompanharam a apresentação do sistema representantes das Serventias de Açailândia, Vila Nova dos Martírios, Cidelandia e de outros municípios.

Dorivan Nepomuceno Marinho, tabelião em Governador Edson Lobão, acredita que a utilização do sistema será primordial para se estabelecer um intercâmbio e facilitar o acesso às informações. “Agora teremos um canal aberto. Vai facilitar o trabalho tanto para a Corregedoria, que tem o papel de fiscalizar, quanto para a gente que deve realizar um serviço de qualidade”, destacou.

Para a juíza, a informatização de dados vai dinamizar o trabalho da CGJ e proporcionar maior interação com as Serventias Extrajudiciais. A plataforma, que passa ainda por ajustes, será apresentada em breve em todo o Maranhão.

Guerreiro Júnior pede que polícia investigue falso servidor do TJ



⇒ Guerreiro Júnior pede ampla investigação sobre falso servidor do TJ

Pág. 7

Guerreiro Júnior pede que polícia investigue falso servidor do TJ

Guerreiro Júnior pede ampla investigação sobre falso servidor do TJ



O presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, pediu ao secretário da Segurança Pública, Aluísio Mendes, ampla investigação sobre Deyslan Silva Mendes. Preso na sexta-feira, 4, em Governador Nunes Freire, sob acusação de falsificação de títulos eleitorais e posse indevida de documentos da Justiça, ele teria dito à polícia ser servidor do TJMA. "Deyslan Mendes não inte-

gra ou integrou o quadro de servidores do TJMA", atesta a diretoria de Recursos Humanos.

Em novo depoimento na Secretaria de Segurança, na manhã nessa segunda-feira, 7, Deyslan Mendes negou ser servidor do Judiciário. Um oficial da diretoria de Segurança Institucional do TJMA acompanhou o interrogatório. Segundo o presidente, a negativa do farsante não encerra a questão. "Essa história precisa ser apurada

a fundo", comentou.

A prisão do falsário, lista de documentos apreendidos e teor do seu depoimento foram divulgados neste domingo, 6, no blog do jornalista Itevaldo Júnior ("Servidor de Tribunal é preso por falsificação de títulos eleitorais). Ainda ontem a Assessoria de Comunicação do TJMA enviou nota ao jornalista, na qual informava o pedido de providências e desmentia vínculo trabalhista do suposto servidor com o Judiciário estadual.

"Não conhecemos este senhor. O que o Tribunal de Justiça quer saber são os motivos do falso depoimento, quem o induziu a fazê-lo e se há mais envolvidos nessa trama", disse Guerreiro Júnior. O presidente se absteve de conjecturas quanto ao episódio.

"São crimes muitos graves. Quem deve fornecer as respostas adequadas ao caso é a Polícia. Por isso,

pedi a ajuda da Secretaria de Segurança", disse, admitindo em seguida que um pedido para que a Polícia Federal averigue o caso não está descartado.

Guerreiro Júnior informou que pedirá à Corregedoria Geral da Justiça o acompanhamento da investigação policial, em razão de terem sido encontrados com Deyslan certidões de nascimento, casamento e óbito, e mandados de busca e apreensão expedidos pela 7ª Vara Cível de São Luís.

O que disse o falsário:

Deyslan Mendes informou na sexta-feira, em interrogatório, trabalhar no cartório eleitoral de Santa Helena (região da Baixada), desde 2003. Ainda segundo o depoente, teria sido transferido para o Tribunal de Justiça em 2008, após aprovação em concurso para técnico judiciário. Desde essa época estaria de licença, contou.

▶ ESTELIONATO

Justiça pede que polícia investigue falso servidor

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, pediu ao secretário da Segurança Pública, Aluísio Mendes, ampla investigação sobre Deyslan Silva Mendes. Preso na sexta-feira, 4, em Governador Nunes Freire, sob acusação de falsificação de títulos eleitorais e posse indevida de documentos da Justiça, ele teria dito à polícia ser servidor do TJMA. "Deyslan Mendes não integra ou integrou o quadro de servidores do TJMA", atesta a diretoria de Recursos Humanos.

Em novo depoimento na Secretaria de Segurança, na manhã dessa segunda-feira, 7, Deyslan Mendes negou ser servidor do Judiciário. Um oficial da diretoria de Segurança Institucional do TJMA acompanhou o interrogatório. Segundo o presidente, a negativa do farsante não encerra a questão. "Essa história precisa ser apurada a fundo", comentou.

A prisão do falsário, lista de documentos apreendidos e teor do seu depoimento foram divulgados neste domingo, 6, no blog do jornalista Itevaldo Júnior ("Servidor de Tribunal é preso por falsificação de títulos eleitorais"). A Assessoria de Comunicação do TJMA enviou nota ao jornalista, na qual informava o pedido de providências e desmentia vínculo trabalhista

do suposto servidor com o Judiciário estadual.

"Não conhecemos este senhor. O que o Tribunal de Justiça quer saber são os motivos do falso depoimento, quem o induziu a fazê-lo e se há mais envolvidos nessa trama", disse Guerreiro Júnior. O presidente se absteve de conjecturas quanto ao episódio.

"São crimes muito graves. Quem deve fornecer as respostas adequadas ao caso é a Polícia. Por isso, pedi a ajuda da Secretaria de Segurança", disse, admitindo em seguida que um pedido para que a Polícia Federal averigüe o caso não está descartado.

Guerreiro Júnior informou que pedirá à Corregedoria Geral da Justiça o acompanhamento da investigação policial, em razão de terem sido encontrados com Deyslan certidões de nascimento, casamento e óbito, e mandados de busca e apreensão expedidos pela 7ª Vara Cível de São Luís.

Deyslan Mendes informou na sexta-feira, em interrogatório, trabalhar no cartório eleitoral de Santa Helena (região da Baixada), desde 2003. Ainda segundo o depoente, teria sido transferido para o Tribunal de Justiça em 2008, após aprovação em concurso para técnico judiciário. Desde essa época estaria de licença, contou.

▷ PRESIDENTE JUSCELINO

Prefeito vai responder a ação penal

Por unanimidade, a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão recebeu denúncia do Ministério Público Estadual (MPE) contra o prefeito de Presidente Juscelino, Dácio Rocha Pereira, acusado de não apresentar a prestação das contas anuais ao Tri-

bunal de Contas (TCE), referente ao exercício financeiro de 2009. A denúncia do MPE tem como base a lista disponibilizada pelo TCE, por meio da Resolução Administrativa nº 157/2010, que declarou inadimplente o denunciado e outros prefeitos e presidentes

de câmaras municipais com relação ao exercício financeiro municipal do ano de 2009. Em sua defesa, Pereira apontou a ausência de prejuízo ocasionada a terceiros. Existem provas da autoria do crime pela prática prevista no artigo 1º, VI, do Decreto-Lei nº 201/1967. .

► CASA CAIU ◀

CONDENADOS

Três malfeitores apenados pela Justiça são capturados e encaminhados ao presídio do estado

SILVAN ALVES

Na manhã desta segunda-feira, quando realizavam o trabalho de fiscalização no quilômetro zero da BR-135, no Tirirical, patrulheiros da Polícia Rodoviária Federal abordaram um veículo Corsa Classic e fizeram levantamento do seu condutor, Jairo de Jesus Silva Mota, constatando que o referido é envolvido em dois crimes de homicídio na capital e já tem uma condenação pelo Tribunal do Júri a 12 anos de prisão, também por homicídio. Ele foi detido e apresentado na 11ª Delegacia Distrital (São Cristóvão) de onde será encaminhado para o Centro de Triagem do Sistema Penitenciário Estadual.

OUTRAS CONDENAÇÕES

Envolvido em um assalto no ano de 2008 o operário Deyvith Cavalcante dos Santos, jamais imaginava que tinha sido condenado a 5 anos e três meses de prisão. Ele foi



ASCOM/PRF

JAIRO MOTA TEM CONDENÇÃO E ESTAVA TENTANDO FUGIR

preso na 5ª DP (Anjo da Guarda) quando tentava registrar uma ocorrência de perda de documento para apresentar na empresa onde trabalha. Após a prisão de Deyvith, os policiais prenderam também Emanuel Rodrigues Sousa que também está condenado no mesmo processo, a seis anos de prisão.

Foram condenados pelo juiz Francisco Barros de Sousa, da 5ª Vara Criminal. Os dois, em companhia de Maycon da Sil-

va e Silva, assaltaram um mototaxista e roubaram todos os pertences da vítima. Maycon também foi condenado, mas não foi preso porque recorreu da sentença proferida pela Justiça. Tanto Deyvith quanto Emanuel se disseram surpresos com a condenação, já que tinham advogados acompanhando o processo e não foram informados da decisão da Justiça. Os dois foram encaminhados para a Penitenciária de Pedrinhas.

▷ PEDOFILIA

Abusador tem prisão decretada

A juíza de plantão no fórum de São José de Ribamar, Joelma Soares Santos, decretou neste domingo (6) a prisão preventiva do motorista Henrique José de Araujo Silva, 54 anos. Ele foi preso na Rua 5 do Residencial Olímpico (Cidade Olímpica) depois de ter sido denunciado por moradores. De acordo com as denúncias,

Henrique abusava sexualmente de um menino de 12 anos que morava com ele. O menino, que foi apreendido pela polícia, confirmou os abusos praticados por Henrique, que, para despistar, dizia que o menino era seu afilhado. No local a polícia descobriu que Henrique também chegou a abusar de uma menina de 5 anos que

mora nas proximidades da casa dele. Ele também é acusado abusar sexualmente de um outro menino de 6 anos e um outro de 12. A polícia está tentando encontrar os pais do menino que morava com Henrique, já que ele não tem nenhum documento e o acusado disse apenas que criava o garoto. (AS)

▷ GARANTIA

Justiça vistoria CCPJ do Anil e aprova reforma

A Central de Custódia de Presos de Justiça do Anil (CCPJ/Anil) passou por uma reforma completa em suas instalações e teve a segurança do prédio reforçada. O prédio situado na Avenida Nossa Senhora da Conceição, s/n, no Conjunto Parque Aurora, no Bairro do Anil, teve melhorias em todos os setores, além do reforço na segurança com aumento da altura do muro, instalação de grades entre as celas e muro do pavilhão externo, e a colocação de monitoramento por circuito interno de TV.

Foram realizadas melhorias nas 20 celas com divisão de beliches em pedras, aumento da circulação de ar, pintura das paredes e grades; aumento da altura do muro; colocação de grades externa para reforçar a segurança no pavilhão externo; instalação de câmeras para monitorar os presos; colocada cobertura numa par-

te do banho de sol, para servir de abrigo aos amigos e familiares dos presos, colocação de toldo para abrigar os visitantes antes de ser permitida a entrada na CCPJ; melhoria nos alojamentos dos agentes penitenciários; reforma no alojamento e permanência da Polícia Militar, nas instalações administrativas, na enfermaria e na sala de assistente social; construção de banheiro feminino para as agentes penitenciárias, e construção de banheiros feminino e masculino na área de banho para ser usados por internos e familiares nos dias de visita.

O prédio da CCPJ do Anil foi vistoriado pela 2ª Vara de Execuções Penais, onde foi constatado que a Secretaria da Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap) obedeceu aos quesitos de ventilação e iluminação proposto em um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

Justiça acata denúncia contra prefeito de Presidente Juscelino

PÁGINA 3

Justiça acata denúncia contra prefeito de Presidente Juscelino

Por unanimidade, a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão recebeu, ontem (7), denúncia do Ministério Público estadual (MPE) contra o prefeito de Presidente Juscelino, Dácio Rocha Pereira, acusado de apresentar a prestação das contas anuais ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE), referente ao exercício financeiro de 2009.

A denúncia do MPE tem como base a lista disponibilizada pelo TCE, por meio da Resolução Administrativa nº 157/2010, que declarou inadimplente o denunciado e outros prefeitos e presidentes de câmaras municipais com relação ao exercício financeiro municipal do ano de 2009. Em sua defesa, Pereira apontou a ausência de prejuízo ocasionada a terceiros.

Segundo a Procuradoria Geral de Justiça, existem provas da materialidade e autoria do crime pela prática prevista no artigo 1º, VI, do Decreto-Lei nº 201/1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores na prestação das contas anuais da administração financeira municipal aos órgãos responsáveis, dentro dos prazos e condições estabelecidos.

O desembargador Bernardo Rodrigues, relator do processo, teve o mesmo entendimento do Ministério Público, votando para que seja instaurada ação penal contra o prefeito. Os desembargadores Benedito Belo e Joaquim Figueiredo acompanharam o voto do relator.

Por unanimidade, a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão recebeu, ontem (7), denúncia do Ministério Público estadual (MPE) contra o prefeito de Presidente Juscelino, Dácio Rocha Pereira, acusado de apresentar a prestação das contas anuais ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE), referente ao exercício financeiro de 2009.

A denúncia do MPE tem como base a lista disponibilizada pelo TCE, por meio da Resolução Administrativa nº 157/2010, que declarou inadimplente o denunciado e outros prefeitos e presidentes de câmaras municipais com relação ao exercício financeiro municipal do ano de 2009. Em sua defesa, Pereira apontou a ausência de prejuízo ocasionada a terceiros.

Segundo a Procuradoria Geral de Justiça, existem provas da materialidade e autoria do crime pela prática prevista no artigo 1º, VI, do Decreto-Lei nº 201/1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores na prestação das contas anuais da administração financeira municipal aos órgãos responsáveis, dentro dos prazos e condições estabelecidos.

O desembargador Bernardo Rodrigues, relator do processo, teve o mesmo entendimento do Ministério Público, votando para que seja instaurada ação penal contra o prefeito. Os desembargadores Benedito Belo e Joaquim Figueiredo acompanharam o voto do relator.

Acusado de homicídio é preso em Afonso Cunha e jovem é encontrado na BR-135

No dia 27 de fevereiro deste ano, o Disque Denúncia Maranhão, através do Programa Procurados, lançou o cartaz de Paulo Sérgio dos Santos Abreu, no intuito de receber demanda de informações sobre o seu paradeiro. Ele era acusado pela morte do vendedor de cosméticos Marcos Paulo Rosa de Sousa, de 35 anos.

No final do mês passado, agentes da polícia militar, localizaram e realizaram a prisão do acusado, após denúncias serem encaminhadas ao Disque Denúncia. Ele foi encontrado, no bairro Trizidela, na cidade de Afonso Cunha, e estaria traficando substâncias entorpecentes naquela localidade. Acompanhado de mais dois homens, ele foi surpreendido com 18 papérolas de maconha e uma pequena porção de maconha.

Segundo informações policiais, Paulo Sérgio afirmou que comercializava os cigarros de maconha, pelo valor

unitário de R\$ 2 reais, para adolescentes que jogavam futebol em um campo.

Em seu desfavor, um mandado de prisão, já havia sido expedido pela juíza Maria da Conceição Privado, da Comarca da cidade de Brejo, além do mandado prisão preventiva da 2ª Vara da Comarca de Coelho Neto.

HOMICÍDIO - O corpo do vendedor de cosméticos, Marcos Paulo Rosa de Sousa foi encontrado em um lixão, no município de Brejo, no dia 26 de janeiro de 2012. Dois acusados pela morte do vendedor foram presos em uma ação conjunta das Superintendências de Polícia Civil da Capital e do Interior, trata-se de: José Aurélio de Sousa Neto, de 30 anos; e Gilvan Silva Nunes, de 35 anos. Um terceiro envolvido no homicídio, José Neto, se apresentou à delegacia.

A vítima residia em São Luís, no bairro Novo Angelim, e estava no município a

trabalho. As investigações indicaram que a vítima esteve em um bar, acompanhado de quatro homens, e que durante a madrugada teriam sido vistos saindo do Hotel Malaquias, onde a vítima havia se hospedado.

Um mandado de prisão foi expedido pela juíza Maria da Conceição Rego, da Comarca de Brejo, contra o acusado.

DESAPARECIDOS - O Disque Denúncia Maranhão [3223 5800 - capital e 0300 313 5800 - interior], lançou na última sexta-feira (04), o cartaz do estudante Antonio Lisboa Cerqueira Filho, de 15 anos. O jovem havia desaparecido na madrugada da segunda-feira (30).

Ele foi localizado na manhã do sábado (05), em uma reserva da BR-135 por um morador e estaria se alimentando de frutas. O rapaz que é morador da Rua Nossa Senhora de Fátima, nº09, Vila Samara, sofre de problemas mentais e toma remédios con-



PROCURADO

CAPTURADO

PAULO SÉRGIO DOS SANTOS ABREU

Procurado pela morte do Vendedor de Cosméticos Marcos Paulo Rosa Sousa. O crime ocorreu no dia 26 de Janeiro de 2012 no município de Brejo-MA.

DENUNCIE
98 3223 5800
0300 313 5800
MARANHÃO

ANONIMATO GARANTIDO

trolados, será encaminhado para tratamento adequado.

O Disque Denúncia auxilia no esclarecimento de casos como estes, basta ligar, não é necessário se identificar e o serviço funciona 24 horas. [3223 5800 - capital e 0300 313 5800 - interior].

CURSO DE FORMAÇÃO

Novos defensores públicos reforçam atuação no interior

Os 33 defensores públicos recém-empossados foram titularizados em suas funções durante reunião ocorrida na quarta-feira (2). Os novos profissionais assumem imediatamente sua atuação tão logo se encerrar o III Curso de Formação de Defensores para ingresso na carreira, previsto para o dia 15.

Os defensores que fizeram opção por núcleos ainda não estruturados exercerão, provisoriamente, suas funções na capital, em Imperatriz e Caxias. "Enquanto aguardam a entrega dos seus núcleos, os defensores darão suporte a algumas áreas de atuação na capital e no interior, que necessitam de especial reforço", explicou o defensor geral Aldy Mello Filho.

Aldy Mello destacou, ainda, que na capital, os defensores irão reforçar a atuação civil e criminal, além de ficarem à disposição da Corregedoria para execução de projetos especiais que estão sendo desenvolvidos.



Defensores públicos durante reunião com a administração superior da DPE

O defensor geral adiantou que os dois primeiros núcleos a serem entregues são os dos municípios de Chapadinha e Vargem Grande. Distante 172 km de São Luís, Vargem Grande tem quase 50 mil habitantes, segundo o IBGE. Desse total, 36% da população vivem com a renda de até R\$ 70. "É significativo para o Maranhão, no momento em que se anunci-

am ações de combate à pobreza, a instalação de um núcleo da Defensoria em Vargem Grande, considerado um dos municípios mais pobres do país", afirmou

O defensor geral, também, lembrou que a população, especialmente a mais pobre, conhece muito bem o estado que prende, que acusa e pune, mas pouco conhece o estado que defende

e protege. E a Defensoria Pública representa para essas pessoas o estado defendendo os seus direitos. Daí porque o fortalecimento da Instituição no interior inclui-se entre as ações permanentes de combate à pobreza, na medida em que garante ao cidadão carente acesso aos seus direitos em condições de igualdade com qualquer outro cidadão.

Aldy destacou, ainda, que a escolha das comarcas tem obedecido a critérios como Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), número de habitantes, relação defensor por habitante e volume de processo em tramitação. Ele observou que a interiorização tem ocorrido de forma responsável, com o reforço dos núcleos já existentes, a exemplo de Imperatriz, cuja atuação na área criminal e execução penal, ainda está desfalcada, e com a implantação de unidades de atendimento da Defensoria em novos municípios.

INVESTIGAÇÃO

GOLPISTA FALSIFICAVA TÍTULOS SE PASSANDO POR SERVIDOR DO TJ

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, pediu ao secretário da Segurança Pública, Aluísio Mendes, ampla investigação sobre Deyslan Silva Mendes (foto). Preso na sexta-feira, 4, em Governador Nunes Freire, sob acusação de falsificação de títulos eleitorais e posse indevida de documentos da Justiça, ele teria dito à polícia ser servidor do TJMA. "Deyslan Mendes não integra ou integrou o quadro de servidores do TJMA", atesta a diretoria de Recursos Humanos. **PÁGINA 3**



INVESTIGAÇÃO

Golpista falsificava títulos eleitorais se passando por servidor do Tribunal de Justiça

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, pediu ao secretário da Segurança Pública, Aluísio Mendes, ampla investigação sobre Deyslan Silva Mendes. Preso na sexta-feira, 4, em Governador Nunes Freire, sob acusação de falsificação de títulos eleitorais e posse indevida de documentos da Justiça, ele teria dito à polícia ser servidor do TJMA. "Deyslan Mendes não integra ou integrou o quadro de servidores do TJMA", atesta a diretoria de Recursos Humanos (ver declaração no final).

Em novo depoimento na Secretaria de Segurança, na manhã desta segunda-feira, 7, Deyslan Mendes negou ser servidor do Judiciário. Um oficial da diretoria de Segurança Institucional do TJ acompanhou o interrogatório. Segundo o presidente, a negativa não encerra a questão. "Essa história precisa ser apurada a fundo", comentou.

A prisão do falsário, lista de documentos apreendidos e teor do seu depoimento foram divulgados no domingo, 6, no blog do jornalista Iteval-



Presidente do TJMA, Guerreiro Júnior

do Júnior ("Servidor de Tribunal é preso por falsificação de títulos eleitorais). Ainda ontem a Assessoria de Comunicação do TJMA enviou nota ao jornalista, na qual informava o pedido de providências e des-

mentia vínculo trabalhista do suposto servidor com o Judiciário estadual.

"Não conhecemos este senhor. O que o Tribunal de Justiça quer saber são os motivos do falso depoimento,

quem o induziu a fazê-lo e se há mais envolvidos nessa trama", disse Guerreiro Júnior. O presidente se absteve de conjecturas quanto ao episódio.

"São crimes muitos graves. Quem deve fornecer as respostas adequadas ao caso é a Polícia. Por isso, pedi a ajuda da Secretaria de Segurança", disse, admitindo em seguida que um pedido para que a Polícia Federal averigue o caso não está descartado.

Guerreiro Júnior informou que pedirá à Corregedoria Geral da Justiça o acompanhamento da investigação policial, em razão de terem sido encontrados com Deyslan Mendes certidões de nascimento, casamento e óbito, e mandados de busca e apreensão expedidos pela 7ª Vara Cível de São Luís.

O que disse o falsário: Deyslan Mendes informou na sexta-feira, em interrogatório, trabalhar no cartório eleitoral de Santa Helena (região da Baixada), desde 2003. Ainda segundo o depoente, teria sido transferido para o Tribunal de Justiça em 2008, após aprovação em concurso para técnico judiciário. Desde essa época estaria de licença, contou.

Cleones Cunha se reúne com juízes em Imperatriz

PÁGINA 3

Cleones Cunha se reúne com juízes em Imperatriz

Na manhã de ontem (7), o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, e a juíza-corregedora Alice Prazeres estiveram no Fórum Min. Henrique de La Rocque, em Imperatriz, reunindo-se com juízes e serventuários Extrajudiciais. Na oportunidade, o corregedor-geral reafirmou o compromisso da Corregedoria Geral da Justiça em coordenar, orientar e fiscalizar as ações desenvolvidas pela Justiça de 1º grau em todo o Estado.

Em sua primeira visita à Imperatriz, o corregedor-geral Cleones Cunha ouviu os juízes que expuseram as di-

ficuldades por eles evidenciadas e prometeu buscar soluções para os problemas apresentados. "O objetivo dessa reunião é sentir as dificuldades enfrentadas pelos juízes e não medir esforços para a resolução dos mesmos", frisou.

O diretor do Fórum de Imperatriz, juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto, titular da 2ª Vara da Família, se mostrou satisfeito com as providências que o corregedor garantiu para a melhoria de funcionamento dos serviços judiciários.

SISTEMA AUDITUS - A juíza-corregedora Alice Prazeres participou de outra reunião,

esta com os técnicos de Serventias Extrajudiciais, apresentando o Sistema Auditus, que deve melhorar as comunicações da Corregedoria da Justiça com as Serventias, visando a elaboração de um quadro geral de toda a Serventia Extrajudicial no Maranhão.

Imperatriz foi a primeira cidade do Estado na qual foi apresentada a plataforma. Acompanharam a apresentação do sistema representantes das Serventias de Açailândia, Vila Nova dos Martírios, Cidelândia e de outros municípios.

Dorivan Nepomuceno Marinho, tabelião em Governador Edson Lobão, acredita

que a utilização do sistema será primordial para se estabelecer um intercâmbio e facilitar o acesso às informações. "Agora teremos um canal aberto. Vai facilitar o trabalho tanto para a Corregedoria, que tem o papel de fiscalizar, quanto para a gente que deve realizar um serviço de qualidade", destacou.

Para a juíza, a informatização de dados vai dinamizar o trabalho da CGJ e proporcionar maior interação com as Serventias Extrajudiciais. A plataforma, que passa ainda por ajustes, será apresentada em breve em todo o Maranhão.

Dois ônibus com eleitores do Pará são apreendidos no MA

Dois ônibus que transportavam eleitores do estado do Pará com destino ao município de Serrano do Maranhão foram apreendidos. O grupo iria transferir seus títulos eleitorais. Os veículos estão retidos e os passageiros foram identificados e liberados.

No último fim de semana, foi registrada uma série de pedidos de transferência de eleitores, o que gerou desconfiança de uma possível fraude. Essas pessoas compareceram ao cartório, e devido ao grande volume de requerimentos, foi resolvido pela abordagem dos eleitores.

Eles informaram que um

candidato havia fretado os dois ônibus vindos de Belém. Diante disso, foram identificados os veículos e apreendidos.

As informações são do juiz da comarca do município de Bacuri, Marco Adriano Ramos Fonseca.

Os veículos teriam sido apreendidos em frente à residência do ex-prefeito casado, Leocádio Rodrigues, cujo filho é o atual prefeito de Serrano do Maranhão. Entretanto, a polícia não encontrou provas da participação de políticos. Todos os pedidos de transferência serão negados. A Polícia Federal deve investigar o caso.

DOENÇAS MENTAIS

Inspeção em presídios avalia situação de presos

Inspeção realizada no Centro de Detenção Provisória (CDP) e na Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ), em Pedrinhas, pelo juiz auxiliar da 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís, Douglas de Melo Martins - acompanhado do assessor do Grupo de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça, Ariston Chagas, da promotora Rosanna Conceição, do defensor público Alberto Pessoa Bastos, e do psicólogo Paulo Guilherme - constatou situação de abandono familiar, falta de acompanhamento médico psiquiátrico e assistência social aos presos com transtornos psíquicos ou mentais.

"Estes presos devem cumprir a medida de segurança em local que ofereça tratamento adequado e separados das pessoas que aguardam julgamento, mas que têm condições de discernimento de todos os seus atos", ressalta o juiz Douglas

Melo Martins.

Durante a inspeção - motivada por denúncias de irregularidades no tratamento aos presos com doenças mentais - foram analisados prontuários e realizadas entrevistas com os detentos que cumprem medida de segurança.

Casos como o do preso G. S. R. F., que disse não receber a visita de nenhum familiar desde a sua prisão e tomar medicamentos apenas esporadicamente, deverão ter o encaminhamento adequado.

"Com a inspeção, foi possível constatar que a situação dos presos entrevistados no CDP restringe-se a apenados com transtornos psicóticos, enquanto na CCPJ o problema é a dependência química. O Estado não dispõe de condições para tratamento adequado", avalia o defensor público Alberto Pessoa.

Para a promotora Rosanna Conceição, os problemas são graves. "Há detentos com transtornos psicológicos que precisam de tratamento contínuo e diferenciado, outros apresentam dependência química. O Ministério Público vai diligenciar no sentido de informar outras promotorias vinculadas às varas a necessidade de providências para modificar essa realidade", diz.

Após a inspeção, realizada quinta-feira (3), o grupo propôs a realização de uma reunião com os órgãos responsáveis para tratar especificamente dos casos que envolvem os presos de medida de segurança.

"Vamos comunicar a situação aos juizes das respectivas varas processantes dos presos entrevistados, para que verifiquem cada um dos processos correspondentes. Além disso, vamos agendar reunião com os

secretários de Estado da Saúde, da Justiça e da Administração Penitenciária", salienta o juiz.

As visitas às unidades prisionais são realizadas mensalmente com objetivo de averiguar as condições estruturais e dos serviços prestados. Os dados recolhidos são enviados em forma de relatório para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e servem de base para elaboração de políticas públicas voltadas para a área prisional.

Superlotação - Outro problema verificado pelo grupo foi a superlotação nas unidades prisionais. O CDP, que tem capacidade para 402 presos, abriga atualmente 698 detentos, cinco desses cumprindo medida de segurança. Já a CCPJ de Pedrinhas, projetada para 160 internos, mantém outros 100 além da sua capacidade, sendo cinco doentes mentais e dependentes de drogas.

03

Desembargado pede investigação policial sobre falso servidor do TJ

POLÍTICA



O presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, pediu ao secretário da Segurança Pública, Aluísio Mendes, ampla investigação sobre Deyslan Silva Mendes.

Desembargador pede investigação policial sobre falso servidor do TJ

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, pediu ao secretário da Segurança Pública, Aluísio Mendes, ampla investigação sobre Deyslan Silva Mendes. Preso na sexta-feira, 4, em Governador Nunes Freire, sob acusação de falsificação de títulos eleitorais e posse indevida de documentos da Justiça, ele teria dito à polícia ser servidor do TJMA. "Deyslan Mendes não integra ou integrou o quadro de servidores do TJMA", atesta a diretoria de Recursos Humanos.

Em novo depoimento na Secretaria de Segurança, na manhã dessa segunda-feira, 7, Deyslan Mendes negou ser servidor do Judiciário. Um oficial da diretoria de Segurança Institucional do TJMA acompanhou o interrogatório. Segundo o presidente, a negativa do farsante não encerra a questão. "Essa história precisa ser apurada a fundo", comentou.

A prisão do falsário, lista de documentos apreendidos e teor do seu depoimento foram divulgados neste domingo, 6, no blog do jornalista Itevaldo Júnior ("Servidor de Tribunal é preso por falsificação de títulos eleitorais). Ainda ontem a Assessoria de Comunicação do TJMA enviou nota ao jornalista, na qual informava o pedido de providências e desmentia vínculo trabalhista do suposto servidor com o Judiciário estadual.

"Não conhecemos este senhor. O que o Tribunal de Justiça quer saber são os motivos do falso depoimento, quem o induziu a fazê-lo e se há mais envolvidos nessa trama", disse Guerreiro Júnior. O presidente se absteve de conjecturas quanto ao episódio.

"São crimes muitos graves. Quem deve fornecer as respostas adequadas ao caso é a Polícia. Por isso, pedi a ajuda da Secretaria de Segurança", disse, admitindo em seguida que um pedido para que a Polícia Federal averigue o caso não



Guerreiro Júnior pede ampla investigação sobre falso servidor

está descartado.

Guerreiro Júnior informou que pedirá à Corregedoria Geral da Justiça o acompanhamento da investigação policial, em razão de terem sido encontrados com Deyslan certidões de nascimento, casamento e óbito, e mandados de busca e apreensão expedidos pela 7ª Vara Cível de São Luís.

O que disse o falsário:

Deyslan Mendes informou na sexta-feira, em interrogatório, trabalhar no cartório eleitoral de Santa Helena (região da Baixada), desde 2003. Ainda segundo o depoente, teria sido transferido para o Tribunal de Justiça em 2008, após aprovação em concurso para técnico judiciário. Desde essa época estaria de licença, contou.

PRESIDENTE JUSCELINO

Prefeito vai responder a ação penal

Por unanimidade, a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão recebeu, nesta segunda-feira (7), denúncia do Ministério Público estadual (MPE) contra o prefeito de Presidente Juscelino, Dácio Rocha Pereira, acusado de apresentar a prestação das contas anuais ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE), referente ao exer-

cício financeiro de 2009.

A denúncia do MPE tem como base a lista disponibilizada pelo TCE, por meio da Resolução Administrativa nº 157/2010, que declarou inadimplente o denunciado e outros prefeitos e presidentes de câmaras municipais com relação ao exercício financeiro municipal do ano de 2009. Em sua defesa, Pereira apon-

tou a ausência de prejuízo ocasionada a terceiros.

Segundo a Procuradoria Geral de Justiça, existem provas da materialidade e autoria do crime pela prática prevista no artigo 1º, VI, do Decreto-Lei nº 201/1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores na prestação das contas anuais da administração financei-

ra municipal aos órgãos responsáveis, dentro dos prazos e condições estabelecidos.

O desembargador Bernardo Rodrigues, relator do processo, teve o mesmo entendimento do Ministério Público e votou pela instauração da ação penal contra o prefeito. Os desembargadores Benedito Belo e Joaquim Figueiredo acompanharam o voto do relator.

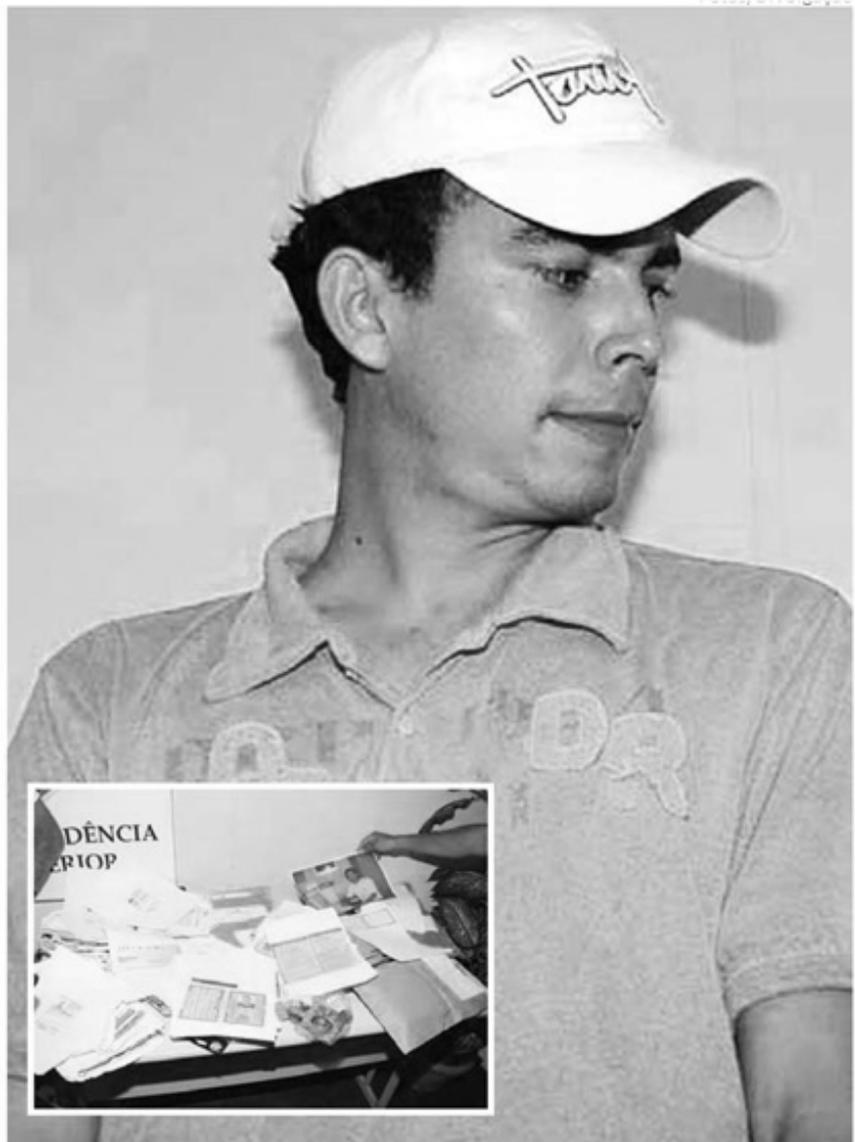
Polícia amplia investigação para esclarecer atuação de falsificador

Deyslan Silva Mendes, preso sexta-feira em Santa Helena, já estaria atuando desde as eleições de 2008, falsificando documentos para transferir títulos no interior

O suposto funcionário do Fórum de Santa Helena, Deyslan Silva Mendes, de 28 anos - preso sexta-feira, 4, em uma operação coordenada pela Superintendência de Polícia Civil do Interior (SPCI), na cidade de Santa Helena, suspeito de falsificar documentos para fins eleitorais desde 2008 -, foi apresentado na manhã de ontem, na Secretaria de Segurança Pública (SSP), em São Luís. Na chegada do preso à capital, o presidente do Tribunal de Justiça, Antonio Guerreiro Júnior, solicitou a ampliação das investigações, pois, segundo o setor de Recursos Humanos do TJ, seu nome não consta no quadro funcional.

O acusado foi preso por meio de informações de algumas pessoas, indiciadas por uso de documentos falsos. Após um trabalho de investigação, a Polícia Civil descobriu que Deyslan residia na cidade de Santa Helena, em uma fazenda de propriedade do pré-candidato a prefeito da cidade de Governador Nunes Freire, Marcel Everton Silva, conhecido como Marcel Curió.

Ainda com base em investigações, Deyslan fazia um trabalho de falsificação de documentos para fins eleitorais desde o ano de 2008, época de eleições para prefeito e vereador.



Deyslan Silva Mendes, preso com documentos falsificados (detalhe)

Conforme explicou o delegado Ricardo Aragão, da delegacia de Governador Nunes Freire, investigações da polícia indicaram que o falsificador efetuava uma espécie de obtenção de transferência de título eleitoral, com o intuito de favorecer a candidatura de prefeitos e vereadores das cidades citadas. Ainda segundo a Polícia Civil, Deyslan Mendes obtinha uma máquina que produzia esses documentos, sempre com a finalidade de falsificar para favorecer candidatos nas eleições municipais.

"Com certeza, existem mais pessoas envolvidas na fraude eleitoral. Vamos apurar todas as informações e levantar provas no sentido de desbaratar todo o sistema de falsificação, além de prender os envolvidos", afirmou o delegado Ricardo Aragão.

Investigações - De acordo com

as investigações, o suspeito teria contribuído para a eleição de um candidato à Prefeitura de Governador Nunes Freire, nas eleições de 2008, falsificando 1.500 documentos que foram utilizados para transferência de títulos eleitorais. Para cada lote de 200 documentos, o suspeito recebia R\$ 50 mil.

Ainda com informações da Polícia Civil, Deyslan Mendes, além da prática de falsificar documentos, pode ser ainda considerado um *hacker*, já que utiliza alguns programas como Photoshop e Corel Draw para o desenvolvimento da falsificação de extratos bancários, documentos de identidade, cadastros de pessoas físicas, CPF, IPVA entre outros.

Durante as investigações, o delegado citou o nome de alguns vereadores e prefeitos que estariam envolvidos com o sistema de falsificação. Segundo a polícia,

o falsificador teria favorecido o atual prefeito de Turilândia. A polícia informou ainda, que Marcel Everton Silva, o Marcel Curió, será indiciado e posteriormente impedido de se candidatar à Prefeitura do município de Governador Nunes Freire.

Durante os levantamentos, a Polícia Civil chegou ao falsário por meio de três pessoas que foram autuadas em flagrante pelo crime de falsificação de documentos: João Silva, Edinalva da Silva Melo e Vademira Martins Matos. Deyslan Silva Mendes foi autuado em flagrante pelos crimes de fabricação de documentação falsa e falsificação de documentos públicos e privados. Ele foi apresentado pelo delegado Ricardo Pinto Aragão nas dependências da Superintendência de Polícia Civil do Interior e ficará à disposição da Justiça de Santa Helena.

Presidente do TJ pede investigação

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, pediu ao secretário da Segurança Pública, Alúcio Mendes, ampla investigação sobre Deyslan Silva Mendes. Preso na sexta-feira, 4, em Governador Nunes Freire, sob acusação de falsificação de títulos eleitorais e posse indevida de documentos da Justiça, ele teria dito à polícia ser servidor do TJMA. "Deyslan Mendes não integra ou integrou o quadro de servidores do TJMA", atesta a diretoria de Recursos Humanos.

Em novo depoimento na Secretaria de Segurança, na manhã de ontem, Deyslan Mendes negou ser servidor do Judiciário. Um oficial da diretoria de Segurança Institu-

cional do TJ acompanhou o interrogatório. Segundo o presidente, a negativa não encerra a questão. "Essa história precisa ser apurada a fundo", comentou.

A prisão do falsário, lista de documentos apreendidos e teor do seu depoimento foram divulgados no domingo, 6, no blog do jornalista Itevaldo Júnior ("Servidor de Tribunal é preso por falsificação de títulos eleitorais"). Ainda ontem, a Assessoria de Comunicação do TJMA enviou nota ao jornalista, na qual informava o pedido de providências e desmentia vínculo trabalhista do suposto servidor com o Judiciário estadual.

"Não conhecemos este senhor. O que o Tribunal de Justiça quer sa-

ber são os motivos do falso depoimento, quem o induziu a fazê-lo e se há mais envolvidos nessa trama", disse Guerreiro Júnior. "São crimes muitos graves. Quem deve fornecer as respostas adequadas ao caso é a polícia. Por isso, pedi a ajuda da Secretaria de Segurança", disse, admitindo em seguida que um pedido para que a Polícia Federal averigue o caso não está descartado.

Guerreiro Júnior informou que pedirá à Corregedoria Geral da Justiça o acompanhamento da investigação policial.

Não prestou

Por unanimidade, a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça recebeu ontem denúncia do Ministério Público (MP) contra o prefeito de Presidente Juscelino, Dácio Rocha.

Ele é acusado de não apresentar a prestação das contas anuais ao Tribunal de Contas (TCE), referente ao exercício financeiro de 2009.

A denúncia do MPE tem como base a lista de inadimplentes disponibilizada pelo TCE.

"Taradão" é preso acusado de abusar sexualmente de crianças

A juíza de plantão no fórum do município de São José de Ribamar, Joelma Soares Santos, decretou, no domingo (6), a prisão preventiva do motorista Henrique José de Araujo Silva, 54 anos.

Ele foi preso na Rua 5, do Residencial Olímpico (Cidade Olímpica) depois de ter sido denunciado por moradores. De acordo com as denúncias, Henrique abusava sexualmente de um menino de 12 anos que morava com ele.

O menino, que foi apreendido pela polícia, confirmou os abusos praticados por Henrique, que para despistar dizia que o menino era seu afilhado. No local, a polícia descobriu que Henri-

que também chegou a abusar de uma menina de 5 anos que mora nas proximidades da casa dele.

Ele também é acusado abusar sexualmente de um outro menino de 6 anos e mais um de 12. A polícia está tentando encontrar os pais do menino que morava com Henrique, já que ele não tem nenhum documento e o acusado disse apenas que criava o garoto.

Na casa dele, a polícia apreendeu uma garrafa contendo óleo de copaíba, que de acordo com a vítima ele usava nas relações sexuais com as crianças. O delegado Walter Wanderley, encontrou mais uma vítima de Henrique, um adolescente de 17 anos.?

DISQUE - DENÚNCIA

Homem acusado de homicídio é preso e jovem encontrado

No dia 27 de fevereiro deste ano, o Disque Denúncia Maranhão, através do Programa Procurados, lançou o cartaz de Paulo Sérgio dos Santos Abreu, no intuito de receber demanda de informações sobre o seu paradeiro. Ele era acusado pela morte do vendedor de cosméticos Marcos Paulo Rosa de Sousa, de 35 anos.

No fim do mês passado, agentes da polícia militar, localizaram e realizaram a prisão do acusado, após denúncias serem encaminhadas ao Disque Denúncia. Ele foi encontrado, no bairro Trizidela, na cidade de Afonso Cunha, e estaria traficando substâncias entorpecentes naquela localidade. Acompanhado de mais dois homens, ele foi surpreendido com 18 papétes de maconha e uma pequena porção de maconha.

Segundo informações policiais, Paulo Sérgio afirmou que comercializava os cigarros de maconha, pelo valor unitário de R\$ 2 reais, para adolescentes que jogavam futebol em um campo.

Em seu desfavor, um mandado de prisão, já havia sido expedido pela juíza Maria da Conceição Privado, da Comarca da cidade de Brejo, além do mandado prisão preventiva da 2ª Vara da Comarca de Coelho Neto.

Homicídio - O corpo do vendedor de cosméticos, Marcos Paulo Rosa de Sousa foi encontrado em um lixão, no município de Brejo, no dia 26 de janeiro de 2012. Dois acusados pela morte do vendedor foram presos em uma ação conjunta das Superintendências de Polícia Civil da

Capital e do Interior, trata-se de: José Aurélio de Sousa Neto, de 30 anos; e Gilvan Silva Nunes, de 35 anos. Um terceiro envolvido no homicídio, José Neto, se apresentou à delegacia.

A vítima residia em São Luís, no bairro Novo Angelim, e estava no município a trabalho. As investigações indicaram que a vítima esteve em um bar, acompanhado de quatro homens, e que durante a madrugada teriam sido vistos saindo do Hotel Malaquias, onde a vítima havia se hospedado.

Um mandado de prisão foi expedido pela juíza Maria da Conceição Rego, da Comarca de Brejo, contra o acusado.

Desaparecido - O Disque Denúncia Maranhão [3223 5800 - capital e 0300 313 5800 - interior], lançou na última sexta-feira (04), o cartaz do estudante Antonio Lisboa Cerqueira Filho, de 15 anos. O jovem havia desaparecido na madrugada da segunda-feira (30).

Ele foi localizado na manhã do sábado (05), em uma reserva da BR-135 por um morador e estaria se alimentando de frutas. O rapaz que é morador da Rua Nossa Senhora de Fátima, nº09, Vila Samara, sofre de problemas mentais e toma remédios controlados, será encaminhado para tratamento adequado.

O Disque Denúncia auxilia no esclarecimento de casos como estes, basta ligar, não é necessário se identificar e o serviço funciona 24 horas. [3223 5800 - capital e 0300 313 5800 - interior].

BUSCA

Operação prende falsificador de documentos



Deyslan Silva Mendes

Sob coordenação da Superintendência de Polícia Civil do Interior, (SPCI), uma ação conjunta de policiais civis das cidades de Junco do Maranhão, Maracaçumé, Santa Helena e Governador Nunes Freire, sob o comando do delegado Ricardo Aragão, cumpriram, no fim de semana, dois mandados de busca domiciliar em desfavor do funcionário do Fórum de Santa Helena, Deyslan Silva Mendes, 28 anos.

O acusado foi preso por meio de informações de algumas

pessoas que foram indiciadas por uso de documentos falsos. Após um trabalho de investigação, a Polícia Civil descobriu que Deyslan residia na cidade de Santa Helena, em uma fazenda de propriedade do pré-candidato a prefeito da cidade de Governador Nunes Freire, Marcel Everton Silva, conhecido como 'Marcel Curió'.

Ainda com base em investigações, Deyslan fazia um trabalho de falsificação de docu-

mentos para fins eleitorais desde o ano de 2008, época de eleições para prefeito e vereador.

Conforme explicou o delegado Ricardo Aragão, da Delegacia de Governador Nunes Freire, investigações da Polícia apontavam que o falsificador efetuava uma espécie de obtenção de transferência de Título Eleitoral, com intuito de favorecer a candidatura de prefeitos e vereadores das cidades citadas.

Ainda segundo a Polícia Civil, Deyslan Mendes obtinha uma máquina que produzia esses documentos, sempre com a finalidade.

Aprensões

Na casa dele, a polícia apreendeu as impressoras utilizadas na falsificação, envelopes e extratos bancários do Banco do Brasil e Itaú, centenas de contas da Cemar, Operadora de Telefonia, Certidões de Nascimento, Casamento e Óbito, documentos do Cartório Eleitoral de alguns municípios, mandados de busca e apreensão expedidos pela 7ª Vara Cível de São Luís, RGs, CPFs, IPVA e outros.

Sobre a quantidade significativa de documentos, a Polícia Civil levantou que entre os envolvidos no processo de falsificação de forma indireta, estavam envolvidos em torno de 400 pes-

soas que possuíam títulos, e aproximadamente 10 candidatos favorecidos nas eleições.

"Com certeza existem mais pessoas envolvidas na fraude eleitoral, Vamos apurar todas as informações e levantar provas no sentido de desbaratar todo sistema de falsificação, além de prender todos os envolvidos", afirmou o delegado Ricardo Aragão.

Investigações policiais

De acordo com as investigações, o acusado teria contribuído para a eleição de um candidato à prefeitura de Governador Nunes Freire, nas eleições de 2008, falsificando 1.500 documentos que foram utilizados para transferência de títulos eleitorais. Para cada lote de 200 documentos o suspeito recebia 50 mil reais.

O titular da Delegacia de Governador Nunes Freire disse como a Polícia Civil havia chegado ao falsário. "No dia 25 de abril autuamos três pessoas, João Silva, Edinalva da Silva Melo e Vademira Martins Matos, em flagrante delito com documentos falsificados para transferência de títulos eleitorais. Com base nos depoimentos dos envolvidos, a Polícia Civil passou a investigar e levantar informações de que Deyslan estaria produzindo documentos públicos e privados com relação às eleições".

MP

Prefeito de Presidente Juscelino vai responder a ação penal

Por unanimidade, a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão recebeu, nesta segunda-feira (7), denúncia do Ministério Público estadual (MPE) contra o prefeito de Presidente Juscelino, Dácio Rocha Pereira, acusado de apresentar a prestação das contas anuais ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE), referente ao exer-

cício financeiro de 2009.

A denúncia do MPE tem como base a lista disponibilizada pelo TCE, por meio da Resolução Administrativa nº 157/2010, que declarou inadimplente o denunciado e outros prefeitos e presidentes de câmaras municipais com relação ao exercício financeiro municipal do ano de 2009. Em sua defesa, Pereira

apontou a ausência de prejuízo ocasionada a terceiros.

Segundo a Procuradoria Geral de Justiça, existem provas da materialidade e autoria do crime pela prática prevista no artigo 1º, VI, do Decreto-Lei nº 201/1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores na prestação das contas anuais da administração financeira

municipal aos órgãos responsáveis, dentro dos prazos e condições estabelecidos.

O desembargador Bernardo Rodrigues, relator do processo, teve o mesmo entendimento do Ministério Público e votou pela instauração da ação penal contra o prefeito. Os desembargadores Benedito Belo e Joaquim Figueiredo acompanharam o voto do relator.

- O prefeito de Presidente Juscelino, Dácio Rocha Pereira, vai responder ação no Tribunal de Justiça por não ter prestado contas referentes ao exercício financeiro de 2009.
- A denúncia do Ministério Público tem como base a lista disponibilizada pelo Tribunal de Contas do Estado, que declarou inadimplente o denunciado.

■ CRIME**POLÍCIA APRESENTA
FALSIFICADOR DE TÍTULOS E
APREENDE DOCUMENTOS**

Deyslan Silva Mendes foi apresentado ontem nas dependências da Superintendência de Polícia Civil do Interior. Ele foi preso por crime contra a nação, sob a acusação de falsificar documentos para fins eleitorais. Com ele foram apreendidos inúmeros documentos e impressoras utilizadas no crime.

URBANO 5

SECOM/DIVULGAÇÃO



ANO ELEITORAL

Deyslan Silva Mendes foi autuado em flagrante pelos crimes de confecção ilegal de documentação, falsificação de documentos públicos e privados.

Urbano 5

ANO ELEITORAL

Contra a democracia

Deyslan Silva Mendes é preso sob acusação de falsificar documentos para fins eleitorais. Com ele foram apreendidos impressoras, envelopes e extratos bancários

A Secretaria de Segurança apresentou ontem Deyslan Silva Mendes, 28 anos, que seria responsável por um trabalho de falsificação de documentos para fins eleitorais desde o ano de 2008, época de eleições para prefeito e vereador. Deyslan, que seria funcionário do Fórum de Santa Helena, foi preso na última sexta-feira, em uma fazenda de propriedade do pré-candidato a prefeito da cidade de Governador Nunes Freire, Marcel Everton Silva, conhecido como 'Marcel Curio'.

O acusado foi preso por meio de informações de algumas pessoas que foram indiciadas por uso de documentos falsos, em ação conjunta de policiais civis das cidades de Junco do Maranhão, Maracaçumé, Santa Helena e Governador Nunes Freire, sob o comando do delegado Ricardo Aragão. A coordenação da ação foi da Superintendência de Polícia Civil do Interior, (SPCI).

Conforme explicou o delegado Ricardo Aragão, da Delegacia de Governador Nunes Freire, investigações da Polícia apontavam que o falsificador efetuava uma espécie de obtenção de transferência de Título Eleitoral, com intuito de favorecer a candidatura de prefeitos e vereadores das cidades citadas. Deyslan Mendes teria uma máquina que produzia esses documentos, sempre com a finalidade de falsificar para favorecer candidatos nas eleições municipais.

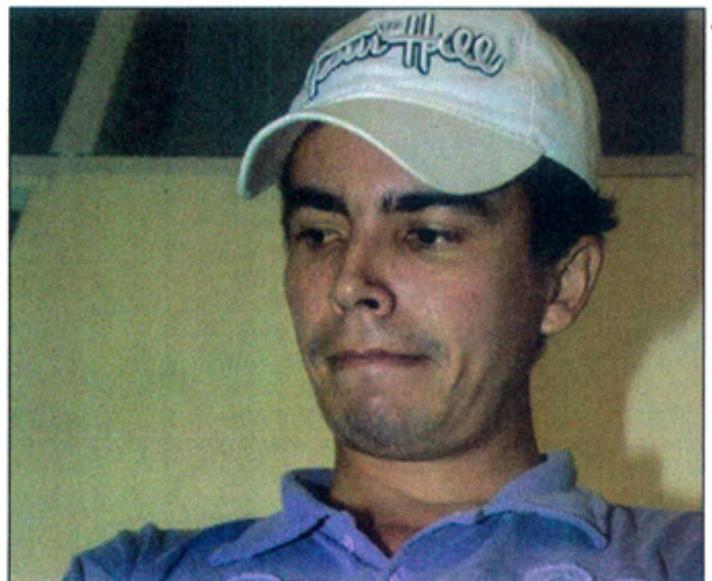
Com certeza existem mais pessoas envolvidas na fraude eleitoral. Vamos apurar todas as informações e levantar provas no sentido de desbaratar todo sistema de falsificação, além de prender todos os envolvidos

Ricardo Aragão,
delegado

Deyslan Silva Mendes foi autuado em flagrante pelos crimes de confecção ilegal de documentação, falsificação de documentos públicos e privados. Deyslan foi apresentado pelo delegado Ricardo Pinto Aragão, nas dependências da Superintendência de Polícia Civil do Interior. Ele ficará à disposição da Justiça de Santa Helena.

Apreensões

Na casa dele, a polícia apreendeu as impressoras utilizadas na falsificação, envelopes e extratos bancários do Banco do Brasil e Itaú, centenas de contas da Cemar, Operadora de Telefonia, Certidões de Nascimen-



FOTOS: SECOM/DIVULGAÇÃO

Investigações sobre Deyslan Silva terão o apoio da Polícia Federal e Justiça Eleitoral

to, Casamento e Óbito, documentos do Cartório Eleitoral de alguns municípios, mandados de busca e apreensão expedidos pela 7ª Vara Cível de São Luís, RGs, CPFs, IPVA e outros.

Sobre a quantidade significativa de documentos, a Polícia Civil levantou que entre os envolvidos no processo de falsificação de forma indireta, estavam envolvidos em torno de 400 pessoas que possuíam títulos, e aproximadamente 10 candidatos favorecidos nas eleições.

"Com certeza existem mais pessoas envolvidas na fraude eleitoral, Vamos apurar todas as informações e levantar provas no sentido de des-

baratar todo sistema de falsificação, além de prender todos os envolvidos", afirmou o delegado Ricardo Aragão.

Investigações policiais

De acordo com as investigações, o acusado teria contribuído para a eleição de um candidato à prefeitura de Governador Nunes Freire, nas eleições de 2008, falsificando 1.500 documentos que foram utilizados para transferência de títulos eleitorais. Para cada lote de 200 documentos o suspeito recebia R\$ 50 mil.

O titular da Delegacia de Governador Nunes Freire disse como a Polícia Civil havia chegado ao falsário. "No dia 25 de abril autuamos três

peças: João Silva, Edinalva da Silva Melo e Vademira Martins Matos, em flagrante delito com documentos falsificados para transferência de títulos eleitorais. Com base nos depoimentos dos envolvidos, a Polícia Civil passou a investigar e levantar informações de que Deyslan estaria produzindo documentos públicos e privados com relação às eleições”.

Com relação à continuidade das investigações, o delegado Ricardo Aragão, que foi responsável pela prisão do falsificador, informou que os levantamentos sobre Deyslan Silva Mendes terá o apoio da Polícia Federal e Justiça Eleitoral, já que envolve crimes sobre falsificação de documentos com fins eleitorais.

Para o delegado, as Polícias devem se unir para elucidação desta tipologia de crime. “Vamos contar com a ajuda da Polícia Federal pela relevância e complicação do fato”, afirmou.

Sobre as investigações do crime de falsificação de documentos, e com relação à candidatura dos candidatos eleitos, a Polícia terá o apoio da Justiça Eleitoral no sentido de indiciar todas as pessoas que foram beneficiadas com a falsificação dos títulos eleitorais.

Durante as investigações, o delegado citou o nome de alguns vereadores e prefeitos que estariam envolvidos com o sistema de falsificação. Segundo a Polícia, o falsificador teria favorecido o atual prefeito de Turilândia.

A Polícia informou ainda, que

Falso servidor

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, pediu ao secretário da Segurança Pública, Aluisio Mendes, ampla investigação sobre Deyslan Silva Mendes. Preso na sexta-feira, 4, em Governador Nunes Freire, sob acusação de falsificação de títulos eleitorais e posse indevida de documentos da Justiça, ele teria dito à polícia ser servidor do TJMA. “Deyslan Mendes não integra ou integrou o quadro de servidores do TJMA”, atesta a diretoria de Recursos Humanos. Em novo depoimento na Secretaria de Segurança, na manhã desta segunda-feira, Deyslan Mendes negou ser servidor do Judiciário. Um oficial da diretoria de Segurança Institucional do TJMA acompanhou o interrogatório. Segundo o presidente, a negativa do farsante não encerra a questão. “Essa história precisa ser apurada a fundo”, comentou.

Marcel Everton Silva, o “Marcel Curió”, será indiciado e posteriormente impedido de se candidatar à prefeitura do município de Governador Nunes Freire.

■ SEGURANÇA

PRESOS COM TRANSTORNOS MENTAIS VIVEM EM PÉSSIMAS CONDIÇÕES

A 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís fez inspeção no Centro de Detenção Provisória e na Central de Custódia de Presos da Justiça e constatou situação de abandono familiar, falta de acompanhamento médico-psiquiátrico e de assistência social. Os dados recolhidos serão enviados ao Conselho Nacional de Justiça.

URBANO 4

■ INSPEÇÃO

Insanidade em presídios

Condições precárias foram constatadas no Centro de Detenção Provisória e na Central de Custódia de Presos de Justiça, em presos com transtornos psíquicos

Situação de abandono familiar, falta de acompanhamento médico-psiquiátrico e de assistência social aos presos com transtornos psíquicos ou mentais. Essas foram as constatações na inspeção realizada no Centro de Detenção Provisória (CDP) e na Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ), em Pedrinhas, pelo juiz auxiliar da 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís, Douglas de Melo Martins, acompanhado do assessor do Grupo de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça, Ariston Chagas, da promotora Rosanna Conceição, do defensor público Alberto Pessoa Bastos e do psicólogo Paulo Guilherme.

“Estes presos devem cumprir a medida de segurança em local que ofereça tratamento adequado e separados das pessoas que aguardam julgamento, mas que têm condições de discernimento de todos os seus atos”, ressalta o juiz Douglas Melo Martins. Durante a inspeção, motivada por denúncias de irregularidades no tratamento aos presos com doenças mentais, foram analisados prontuários e realizadas entrevistas com os detentos que cumprem medida de segurança.

Casos como o do preso G. S. R. E., que disse não receber a visita de nenhum familiar desde a sua prisão e tomar medicamentos apenas esporadicamente, deverão ter o encaminhamento adequado. “Com a inspeção, foi possível constatar que a situação dos presos entrevistados no CDP restringe-se a apenados com transtornos psicóticos, enquanto na CCPJ o problema é a dependência química. O Estado não dispõe de condições para tratamento adequado”, avalia o defensor público Alberto Pessoa.

Para a promotora Rosanna Conceição, os problemas são graves. “Há detentos com transtornos psicológicos que precisam de tratamento contínuo e diferenciado, outros apresentam dependência química. O Ministério Público vai diligenciar no sentido de informar outras promotorias vinculadas às varas a necessidade de providências para modificar essa realidade”, diz.

Após a inspeção, o grupo propôs a realização de uma reunião com os órgãos responsáveis para tratar especificamente dos casos que envolvem os presos de medida de segurança. “Vamos comunicar a situação aos juízes das respectivas varas pro-

cessantes dos presos entrevistados, para que verifiquem cada um dos processos correspondentes. Além disso, vamos agendar reunião com os secretários de Estado da Saúde, da Justiça e da Administração Penitenciária”, salienta o juiz.

As visitas às unidades prisionais são realizadas mensalmente com objetivo de averiguar as condições estruturais e dos serviços prestados. Os dados recolhidos são enviados em forma de relatório para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e servem de base para elaboração de políticas públicas voltadas para a área prisional.

Superlotação

Outro problema verificado pelo grupo foi a superlotação nas unidades prisionais. O CDP, que tem capacidade para 402 presos, abriga atualmente 698 detentos, cinco desses cumprindo medida de segurança. Já a CCPJ de Pedrinhas, projetada para 160 internos, mantém outros 100 além da sua capacidade, sendo cinco doentes mentais e dependentes de drogas.

De acordo com compromisso estabelecidos no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assi-

nado dia 6 de fevereiro deste ano, 600 presos provisórios do Complexo Penitenciário de Pedrinhas devem ser transferidos para o interior do Estado, até dezembro deste ano.



Com a inspeção, foi possível constatar que a situação dos presos entrevistados no CDP restringe-se a apenados com transtornos psicóticos, enquanto na CCPJ o problema é a dependência química. O Estado não dispõe de condições para tratamento adequado

*Alberto Pessoa,
defensor público*



FOTOS: RECOMUNICAÇÃO

CCPJ do Anil recebeu melhorias nas 20 celas com divisão de beliches em pedras, aumento da circulação de ar, pintura das paredes e grades

Inspeção

O prédio da CCPJ do Anil foi vistoriado pela 2ª Vara de Execuções Penais, onde foi constatado que a Secretaria da Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap) obedeceu aos quesitos de ventilação e iluminação proposto em um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).



Membros da comissão que realizou inspeção no Centro de Detenção Provisória e na Central de Custódia de Presos de Justiça

Afonso Cunha

Acusado de homicídio é preso



No dia 27 de fevereiro deste ano, o Disque Denúncia Maranhão, através do Programa Procurados, lançou o cartaz de Paulo Sérgio dos Santos Abreu, no intuito de receber demanda de informações sobre o seu

paradeiro. Ele era acusado pela morte do vendedor de cosméticos Marcos Paulo Rosa de Sousa, de 35 anos.

No final do mês passado, agentes da polícia militar, localizaram e realizaram a prisão do acusado, após denúncias serem encaminhadas ao Disque Denúncia. Ele foi encontrado, no bairro Trizidela, na cidade de Afonso Cunha, e estaria traficando substâncias entorpecentes naquela localidade. Acompanhado de mais dois homens, ele foi surpreendido com 18 papérolas de maconha e uma pequena porção de maconha.

Segundo informações policiais, Paulo Sérgio afirmou que comercializava os

cigarros de maconha, pelo valor unitário de R\$ 2 reais, para adolescentes que jogavam futebol em um campo.

Em seu desfavor, um mandado de prisão, já havia sido expedido pela juíza Maria da Conceição Privado, da Comarca da cidade de Brejo, além do mandado de prisão preventiva da 2ª Vara da Comarca de Coelho Neto.

Homicídio – O corpo do vendedor de cosméticos, Marcos Paulo Rosa de Sousa foi encontrado em um lixão, no município de Brejo, no dia 26 de janeiro de 2012. Dois acusados pela morte do vendedor foram presos em uma ação conjunta das Superintendências de Polícia Civil da Capital e do

Interior, trata-se de: José Aurélio de Sousa Neto, de 30 anos; e Gilvan Silva Nunes, de 35 anos. Um terceiro envolvido no homicídio, José Neto, se apresentou à delegacia.

A vítima residia em São Luís, no bairro Novo Angelim, e estava no município a trabalho. As investigações indicaram que a vítima esteve em um bar, acompanhado de quatro homens, e que durante a madrugada teriam sido vistos saindo do Hotel Malaquias, onde a vítima havia se hospedado.

Um mandado de prisão foi expedido pela juíza Maria da Conceição Rego, da Comarca de Brejo, contra o acusado.

33 novos defensores

Novos defensores públicos reforçam atuação no interior do estado



Defensores públicos durante reunião com a administração superior da DPE

Os 33 defensores públicos recém-empossados foram titularizados em suas funções durante reunião ocorrida na quarta-feira (2). Os novos profissionais assumem imediatamente sua atuação tão logo se encerrar o III Curso de Formação de Defensores para ingresso na carreira, previsto para o dia 15.

Os defensores que fizeram opção por núcleos ainda não estruturados exercerão, provisoriamente,

suas funções na capital, em Imperatriz e Caxias. "Enquanto aguardam a entrega dos seus núcleos, os defensores darão suporte a algumas áreas de atuação na capital e no interior, que necessitam de especial reforço", explicou o defensor geral Aldy Mello Filho.

Aldy Mello destacou, ainda, que na capital, os defensores irão reforçar a atuação civil e criminal, além de ficarem à disposição da Corregedoria para

execução de projetos especiais que estão sendo desenvolvidos.

O defensor geral adiantou que os dois primeiros núcleos a serem entregues são os dos municípios de Chapadinha e Vargem Grande. Distante 172 km de São Luís, Vargem Grande tem quase 50 mil habitantes, segundo o IBGE. Desse total, 36% da população vivem com a renda de até R\$ 70. "É significativo para o Maranhão, no momento em que se anunciam ações de combate à pobreza, a instalação de um núcleo da Defensoria em Vargem Grande, considerado um dos municípios mais pobres do país", afirmou.

O defensor geral, também, lembrou que a população, especialmente a mais pobre, conhece muito bem o estado que prende, que acusa e pune, mas pouco conhece o estado que defende e protege. E a Defensoria Pública repre-

senta para essas pessoas o estado defendendo os seus direitos. Daí porque o fortalecimento da Instituição no interior inclui-se entre as ações permanentes de combate à pobreza, na medida em que garante ao cidadão carente acesso aos seus direitos em condições de igualdade com qualquer outro cidadão.

Aldy destacou, ainda, que a escolha das comarcas tem obedecido a critérios como Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), número de habitantes, relação defensor por habitante e volume de processo em tramitação. Ele observou que a interiorização tem ocorrido de forma responsável, com o reforço dos núcleos já existentes, a exemplo de Imperatriz, cuja atuação na área criminal e execução penal, ainda está desfalcada, e com a implantação de unidades de atendimento da Defensoria em novos municípios.

Polícia

Preso falsificador de documentos para fins eleitorais no MA

Sob coordenação da Superintendência de Polícia Civil do Interior, (SPCI), uma ação conjunta de policiais civis das cidades de Junco do Maranhão, Maracaçumé, Santa Helena e Governador Nunes Freire, sob o comando do delegado Ricardo Aragão, cumpriram, no fim de semana, dois mandados de busca domiciliar em desfavor do funcionário do Fórum de Santa Helena, Deyslan Silva Mendes, 28 anos. **Página 8**



Operação da Polícia Civil prende falsificador de documentos para fins eleitorais



Deyslan Silva Mendes
preso acusado de falsificar
documentos para fins eleitorais

Sob coordenação da Superintendência de Polícia Civil do Interior, (SPCI), uma ação conjunta de policiais civis das cidades de Junco do Maranhão, Maracaçumé, Santa Helena e Governador Nunes Freire, sob o comando do delegado Ricardo Aragão, cumpriram, no fim de semana, dois mandados de busca domiciliar em desfavor do funcionário do Fórum de Santa Helena, Deyslan Silva Mendes, 28 anos.

O acusado foi preso por meio de informações de algumas pessoas que foram indiciadas por uso de documentos falsos. Após um trabalho de investigação, a Polícia Civil descobriu que Deyslan residia na cidade de Santa Helena, em uma fazenda de propriedade do pré-candidato a prefeito da cidade de Governador

Nunes Freire, Marcel Everton Silva, conhecido como 'Marcel Curió'.

Ainda com base em investigações, Deyslan fazia um trabalho de falsificação de documentos para fins eleitorais desde o ano de 2008, época de eleições para prefeito e vereador.

Conforme explicou o delegado Ricardo Aragão, da Delegacia de Governador Nunes Freire, investigações da Polícia apontavam que o falsificador efetuava uma espécie de obtenção de transferência de Título Eleitoral, com intuito de favorecer a candidatura de prefeitos e vereadores das cidades citadas.

Ainda segundo a Polícia Civil, Deyslan Mendes obtinha uma máquina que produzia esses documentos, sempre com a finalidade de falsificar para favorecer candidatos nas eleições municipais.

Apreensões - Na casa dele, a polícia apreendeu as impressoras utilizadas na falsificação, envelopes e extratos bancários do Banco do Brasil e Itaú, centenas de contas da Cemar, Operadora de Telefonia, Certidões de Nascimento, Casamento e Óbito, documentos do Cartório Eleitoral de alguns municípios, mandados de busca e apreensão expedidos pela 7ª Vara Cível de São Luís, RGs, CPFs, IPVA e outros.

Presidente Juscelino

Prefeito vai responder a ação penal

Por unanimidade, a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão recebeu, nesta segunda-feira (7), denúncia do Ministério Público estadual (MPE) contra o prefeito de Presidente Juscelino, Dácio Rocha Pereira, acusado de apresentar a prestação das contas anuais ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE), referente ao exercício financeiro de 2009.

A denúncia do MPE tem como base a lista disponibilizada pelo TCE, por meio da Resolução Administrativa nº 157/2010, que declarou inadimplente o denunciado e outros prefeitos e presidentes de câmaras municipais com relação ao exercício financeiro municipal do ano de 2009. Em sua defesa, Pereira apontou

a ausência de prejuízo ocasionada a terceiros.

Segundo a Procuradoria Geral de Justiça, existem provas da materialidade e autoria do crime pela prática prevista no artigo 1º, VI, do Decreto-Lei nº 201/1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores na prestação das contas anuais da administração financeira municipal aos órgãos responsáveis, dentro dos prazos e condições estabelecidos.

O desembargador Bernardo Rodrigues, relator do processo, teve o mesmo entendimento do Ministério Público e votou pela instauração da ação penal contra o prefeito. Os desembargadores Benedito Belo e Joaquim Figueiredo acompanharam o voto do relator.

Maranhão na berlinda nacional

“Justiça flagra tentativa de transferência irregular de títulos de eleitor no Maranhão”, estamparam, ontem, nacionalmente, o Portal G1 e o site ‘Em cima da hora’, da Folha de São Paulo. No jornal O Globo (impresso), mais uma ‘pancada’ no nosso Estado: “No Maranhão, miséria e culto aos Sarney”, numa reportagem assinada pelo jornalista Chico Otávio.

Nos últimos meses, o Maranhão tem sido alvo de muitas matérias negativas em vários veículos de comunicação do país, seja televisão, portais, jornais impressos... Áreas sensíveis, como Segurança Pública, Saúde e Educação

têm sido as mais abordadas, com reportagens ‘carregadas’ e depreciativas ao Maranhão. Nunca o nosso estado esteve tanto na berlinda nacional como agora. A impressão que se tem é de que há algum interesse em fragilizar o presidente do Senado, José Sarney. Fragilizar politicamente, porque popularmente ele já está completamente fragilizado, depois dos escândalos que envolveram o seu nome no Senado, principalmente dos atos secretos. E parece claro também que não está havendo nenhum empenho da presidente Dilma em estancar esse ‘sangramento político’ do senador Sarney.

Presidente do TJ-MA pede que polícia investigue falso servidor

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado (TJ-MA), desembargador Antonio Guerreiro Júnior, pediu ao secretário da Segurança Pública, Aluísio Mendes, ampla investigação sobre Deyslan Silva Mendes. Preso na sexta-feira (4), em Governador Nunes Freire, sob acusação de falsificação de títulos eleitorais e posse indevida de documentos da Justiça, Deyslan teria afirmado à polícia ser servidor do TJ-MA. "Deyslan Mendes não integra ou

integrou o quadro de servidores do TJ-MA", atestou a diretoria de Recursos Humanos do Judiciário maranhense.

Em novo depoimento na Secretaria de Segurança, na manhã de ontem (7), Deyslan Mendes negou ser servidor do Judiciário. Um oficial da diretoria de Segurança Institucional do TJ-MA acompanhou o interrogatório.

Segundo o presidente, a negativa do acusado não encerra a questão. "Essa história precisa

ser apurada a fundo", disse Guerreiro Júnior.

"Não conhecemos este senhor. O que o Tribunal de Justiça quer saber são os motivos do falso depoimento, quem o induziu a fazê-lo e se há mais envolvidos nessa trama". O presidente se absteve de conjecturas quanto ao episódio.

"São crimes muito graves. Quem deve fornecer as respostas adequadas ao caso é a polícia. Por isso, pedi a ajuda da Secretaria de Segurança", disse

Guerreiro, admitindo em seguida que um pedido para que a Polícia Federal (PF) averigue o caso não está descartado.

Guerreiro Júnior informou que pedirá à Corregedoria Geral da Justiça o acompanhamento da investigação policial, em razão de terem sido encontrados com Deyslan certidões de nascimento, casamento e óbito, e mandados de busca e apreensão expedidos pela 7ª Vara Cível de São Luís. *(Ascom do TJ-MA)*

Ônibus com eleitores do PA são apreendidos no MA

O juiz da comarca do município de Bacuri, Marco Adriano Ramos Fonseca, fez a apreensão de dois ônibus que transportavam eleitores, vindos do estado do Pará. Eles iriam realizar transferências de títulos eleitorais no município de Serrano do Maranhão. Os veículos estão retidos e os passageiros foram identificados e liberados.

Em entrevista, o juiz Marco Adriano explicou como a polícia chegou aos eleitores. “Esse fim de semana, foi registrada uma série de pedidos de transferência de eleitores, o que gerou desconfiança de uma possível fraude. Essas pessoas compareceram ao cartório, e

devido a esse grande volume de requerimentos, resolvemos abordar os eleitores. Eles informaram que um candidato havia fretado os dois ônibus vindos de Belém. Diante disso, foram identificados os veículos e apreendidos.”

Ainda segundo o juiz, os veículos teriam sido apreendidos em frente à residência do ex-prefeito cassado, Leocádio Rodrigues, cujo filho é o atual prefeito de Serrano do Maranhão. Entretanto, a polícia não encontrou provas da participação de políticos. Todos os pedidos de transferência serão negados. A Polícia Federal deve investigar o caso. *(G1 Maranhão)*

Inspeção em presídios avalia presos com doenças mentais

Inspeção realizada no Centro de Detenção Provisória (CDP) e na Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ), em Pedrinhas, pelo juiz auxiliar da 2ª Vara de Execuções Penais de São Luís, Douglas de Melo Martins – acompanhado do assessor do Grupo de Monitoramento Carcerário do Tribunal de Justiça, Ariston Chagas, da promotora Rosanna Conceição, do defensor público Alberto Pessoa Bastos, e do psicólogo Paulo Guilherme – constatou situação de abandono familiar, falta de acompanhamento médico psiquiátrico e assistência social aos presos com transtornos psíquicos ou mentais.

“Estes presos devem cumprir a medida de segurança em local que ofereça tratamento adequado e separados das pessoas que

aguardam julgamento, mas que têm condições de discernimento de todos os seus atos”, ressaltou o juiz Douglas Melo Martins.

Durante a inspeção – motivada por denúncias de irregularidades no tratamento aos presos com doenças mentais – foram analisados prontuários e realizadas entrevistas com os detentos que cumprem medida de segurança.

Casos como o do preso G. S. R. F., que disse não receber a visita de nenhum familiar desde a sua prisão e tomar medicamentos apenas esporadicamente, deverão ter o encaminhamento adequado.

“Com a inspeção, foi possível constatar que a situação dos presos entrevistados no CDP restringe-se a apenados com transtornos

psicóticos, enquanto na CCPJ o problema é a dependência química. O Estado não dispõe de condições para tratamento adequado”, avaliou o defensor público Alberto Pessoa.

Para a promotora Rosanna Conceição, os problemas são graves. “Há detentos com transtornos psicológicos que precisam de tratamento contínuo e diferenciado, outros apresentam dependência química. O Ministério Público vai diligenciar no sentido de informar outras promotorias vinculadas às varas a necessidade de providências para modificar essa realidade”, disse.

Após a inspeção, realizada na quinta-feira (3), o grupo propôs a realização de uma reunião com os órgãos responsáveis para tratar

especificamente dos casos que envolvem os presos de medida de segurança. “Vamos comunicar a situação aos juizes das respectivas varas processantes dos presos entrevistados, para que verifiquem cada um dos processos correspondentes. Além disso, vamos agendar reunião com os secretários de Estado da Saúde, da Justiça e da Administração Penitenciária”, salientou o juiz.

As visitas às unidades prisionais são realizadas mensalmente com objetivo de averiguar as condições estruturais e dos serviços prestados. Os dados recolhidos são enviados em forma de relatório para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e servem de base para elaboração de políticas públicas voltadas para a área prisional.

Bacabal
Primeira Vara de Bacabal
EDITAL DE PRAÇA
Processo 1840 47 2005 8 10 0024
Nat Da Ação Execução
Exequente Banco do Nordeste do Brasil S/A
Executado Fazenda Pilão Suínos S/A Fepasa

Pelo presente faz saber a todos, que será levado à arrematação em primeira ou segunda praça, o bem penhorado nos autos da Ação Execução nº 1840 47 2005 8 10 0024 em que é exequente Banco do Nordeste do Brasil S/A, na pessoa de seu representante legal, e executado Fazenda Pilão Suínos S/A Fepasa, na pessoa de seu representante legal na seguinte forma:

DATA DA 1ª PRAÇA: dia 15 (quinze) do mês de maio do ano de 2012, às 10:00 horas, vencedor o maior lance superior à avaliação corrigida monetariamente.

DATA DA 2ª PRAÇA: dia 30 (trinta) do mês de maio do ano de 2012, às 10:00 horas, vencedor o maior lance, desde que igual ou superior a 60% (sessenta por cento) da avaliação.

LOCAL DA PRAÇA: Edifício do Fórum "Dr Deuzimar Freitas de Carvalho" Rua Manoel Alves de Abreu, s/nº Centro, nesta cidade.

TOTAL DA AVALIAÇÃO: 250 000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), corresponde ao valor do bem.

DESCRIÇÃO DO BEM: Um 01 (um) móvel Rural denominado Fazenda Pilão Suínos FEPASA, localizada neste município de Bacabal, com 196,00,00 há, contando com cerca mista de arame arame farpado/liso, com estacas fincadas de 03 em 03 metros, aproximadamente, servido de água por reservatórios naturais, com pastagem natural, contando com as seguintes benfeitorias: 07 (sete) galpões medindo 9,5 m de frente e 36m laterais, perfazendo uma área de 342m2, cada, estrutura em concreto, piso cimentado, cobertura de telha canal com estrutura de madeira, com 24 baias para criação de porcos casa; 01 (um) prédio tipo residência, medindo 9,5m de frente por 16m laterais, perfazendo uma área de 152m2, com piso em cerâmica, cobertura em telha canal, estrutura de madeira serrada, reboco com caiação, com compartimento típico; 01 (um) prédio tipo residência, medindo 15m de frente por 15m laterais, perfazendo uma área de 225m2, com piso cimentado, cobertura em telhado canal, estrutura em madeira serrada, reboco com caiação, com compartimentos típicos; 01 (um) prédio tipo dormitório, medindo 9m de frente por 12m laterais, perfazendo uma área de 180m2, com piso cimentado, cobertura de telhado canal, estrutura de madeira serrada, reboco com caiação, com 10 compartimentos típicos; 01 (um) prédio tipo refeitório, medindo 9m de frente por 05m laterais, perfazendo uma área de 45m2, com piso cimentado, cobertura de telhado canal, estrutura em madeira serrada, reboco em caiação, com compartimentos típicos; 01 (um) prédio tipo residência, medindo 9m de frente por 8 m laterais, perfazendo uma área de 72m2, com piso cimentado, cobertura em telha canal, estrutura em madeira serrada, reboco em caiação, com compartimentos típicos; 01 (um) prédio tipo escritório, medindo 13m de frente por 8 m laterais, perfazendo uma área de 104m2, com piso cimentado, cobertura em telha canal, estrutura em madeira serrada, reboco em caiação, com 03 compartimentos Título de Domínio: Escritura Pública de Compra e Venda, matriculada sob o nº 5 035, às fls 75, do livro 2 T, de Registro Geral do Cartório do Ofício de Bacabal/MA.

Fica também pelo mesmo EDITAL, intimados os Executados, se porventura não forem encontrados, para intimação pessoal, bem como todos os interessados da data das praças acima e para constar, passou o presente EDITAL que será afixado no Fórum e publicado na forma da Lei. DADO E PASSADO NESTA CIDADE DE BACABAL – ESTADO DO MARANHÃO, 27 (vinte e sete) de Abril de 2012. Eu..... Secretário Judicial da 1ª Vara, digitei e o subscrevi.

Celso Pinheiro Junior
Titular da 1ª Vara

ALESSANDRO SILVA



Prisão de falsificador revela fraude eleitoral na Baixada

A prisão, na última sexta-feira (4), do falsificador Deyslan Silva Mendes (foto), de 27 anos, no município de Santa Helena, e documentos apreendidos numa casa e numa fazenda revelaram um grande esquema de fraude eleitoral na Baixada Maranhense. Segundo a polícia, Marcel Everton Silva, o "Marcel Curió", filho do prefeito de Turilândia, Domingos Savio Fonseca Silva, o "Domingos Curió", está envolvido nas fraudes, assim como seu pai. **PÁGINA 5**

Prisão de falsificador revela fraude eleitoral na Baixada

Segundo a polícia, o filho do prefeito de Turilândia e o próprio prefeito estão envolvidos nas fraudes; outros políticos também podem ter sido beneficiados com falsificações

POR GABRIELA SARAIVA
E OSWALDO VIVIANI

A prisão, na última sexta-feira (4), do falsificador Deyslan Silva Mendes, de 27 anos, no município de Santa Helena, e documentos apreendidos numa casa e numa fazenda revelaram um grande esquema de fraude eleitoral na Baixada Maranhense. Segundo a polícia, Marcel Everton Silva, o "Marcel Curió", filho do prefeito de Turilândia, Domingos Savio Fonseca Silva, o "Domingos Curió", está envolvido nas fraudes, assim como seu pai. Marcel é pré-candidato a prefeito de Governador Nunes Freire. Outros políticos também podem ter sido beneficiados com as falsificações. O delegado de Nunes Freire, Ricardo Pinto Aragão, que está à frente das investigações, apontou os nomes do vice-prefeito de Governador Nunes Freire, Edmilson Medeiros Santos, o "Pachico", 51 (PDT); do vereador Raimundo Pedro Costa, 38 (PSD), de Turilândia, e de outro filho de Domingos Curió, conhecido como Paulo Curió.

As investigações que resultaram na operação policial que prendeu Deyslan Silva Mendes – levada a cabo por policiais civis de Junco do Maranhão, Maracaçumé, Santa Helena e Governador Nunes Freire – tiveram início no dia 25 de abril passado, quando três pessoas foram presas em flagrante em posse de documentos falsos para adquirir transferência de títulos eleitorais. Foram presos, na ocasião, João de Deus Silva, Edinalva da Silva Melo e a agenciadora Valdemira Martins Matos, surpreendidos em flagrante com documentos falsificados da Cemar, do Banco do Brasil e da Oi.

Portando mandados de prisão e busca domiciliar, expedidos pela juíza Raquel Araujo Castro Teles de Menezes, com o parecer do promotor Hagamenon de Azevedo, a polícia diligenciou à re-



ALESSANDRO SILVA



Deyslan Mendes e 'Marcel Curió': fraudes em benefício de políticos da Baixada

sidência do falsificador Deyslan Mendes, em Santa Helena.

No local, foram apreendidas impressoras e uma grande quantidade de material falsificado, inclusive informatizado. Entre os documentos, foram encontrados extratos bancários e envelopes do Banco do Brasil e do Itaú, além de certidões de nascimento, casamento, carteiras de identidade, documentos de cartórios eleitorais de alguns municípios, CPFs, certidões de óbito, IPVA e mandados de busca e apreensão expedidos pela 7ª Vara Cível de São Luís.

Já em Governador Nunes Freire, numa busca realizada na fazenda do pré-candidato a prefeito de Governador Nunes Freire, Marcel Everton Silva, foi encontrado vasto material, fruto de falsificação, com documentos públicos e privados e até mesmo símbolos dos poderes Judiciário e Executivo.

"Achamos inclusive títulos de eleitor duplicados e documentação da Caema", disse ao JP o delegado Ricardo Pinto.

Segundo o delegado, as fraudes vinham sendo realizadas desde 2008, e vários políticos – entre eles o atual prefeito de Turilândia, Domingos Curió, teriam sido eleitos por meio delas.

Entre os documentos falsificados apreendidos, 1.500 foram utilizados nas eleições passadas (2008) e 730 seriam usados por Marcel Curió. Em depoimento, Deyslan teria afirmado, segundo a polícia, que recebeu o valor de R\$ 5 mil nos trabalhos realizados durante a eleição de 2008, e que, para as falsificações que estavam sendo feitas para o próximo pleito, receberia por cada 200 lotes de documentações "fabricadas" a quantia de R\$ 50 mil.

Conforme o delegado Ricardo Pinto, pelo menos 10 políticos estão diretamente envolvidos nas

fraudes e foram beneficiados com o esquema. De forma indireta, aproximadamente 400 pessoas participavam do processo.

"Encontramos também vários documentos da Previdência Social, que indicam que as fraudes eram feitas igualmente com o nome de pessoas mortas", informou o delegado de Nunes Freire, que garantiu que "todos os envolvidos no esquema fraudulento serão indiciados".

O pré-candidato a prefeito de Governador Nunes Freire, Marcel Curió, não foi encontrado na fazenda em que a polícia realizou busca e apreensão. Ele teve sua prisão pedida.

Ao ser interrogado, Deyslan Mendes teria afirmado à polícia que trabalhou no Cartório do Fórum de Santa Helena e no Tribunal de Justiça de São Luís, mas o TJ-MA negou que o acusado tenha tido qualquer vínculo empregatício com a instituição.

■ Atendimento comprometido

O 11º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo e o 2º Juizado Especial Criminal estão com atendimento suspenso porque o prédio onde funcionam está sem energia elétrica. A Diretoria de Engenharia do Tribunal de Justiça do Maranhão e a Coordenação do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais estão trabalhando para resolver o problema.

Os dois juizados ficam na Avenida Casemiro Júnior, nº 260, no Anil.

SÃO VICENTE FÉRRER

MP recomenda pagamento de salários atrasados de funcionários municipais

Devido ao atraso no pagamento dos salários de servidores da Prefeitura de São Vicente Férrer, o Ministério Público do Maranhão (MPMA) expediu Recomendação, em 2 de maio, ao prefeito João Batista Freitas, objetivando o imediato pagamento dos salários e demais benefícios em atraso, no prazo máximo de cinco dias úteis.

A Recomendação foi expedida pelo promotor de Justiça Tharles Cunha Rodrigues Alves, titular da Comarca de São Vicente Férrer. Foi recomendado também que o gestor preste esclarecimentos ao MPMA sobre os atrasos no pagamento dos servidores.

A manifestação ministerial foi motivada pelas constantes informações sobre atrasos nos salários e outros benefícios dos servidores públicos do município, em especial os lotados na Promotoria de Justiça, Delegacia de Polícia Civil e Tribunal Eleitoral. Em alguns casos, os salários estão atrasados há quatro meses.

O descumprimento da Recomendação resultará na propositura de ações judiciais que objetivem não apenas o cumprimento forçado das obrigações, mas também a aplicação de sanções em todas as esferas do direito, inclusive para apuração de responsabilidade pessoal.

Pai presente

Cleones Cunha, desembargador e corregedor geral de justiça, comemora os bons números registrados no Ação Global: foram 200 inscrições para Casamentos Comunitários e 100 reconhecimentos voluntários de paternidade e dezenas de registros de nascimento.

Prefeito de Presidente Juscelino vai responder ação penal

Por unanimidade, a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão recebeu, nesta segunda-feira (7), denúncia do Ministério Público estadual (MPE) contra o prefeito de Presidente Juscelino, Dácio Rocha Pereira, acusado de apresentar a prestação das contas anuais ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE), referente ao exercício financeiro de 2009.

A denúncia do MPE tem como base alista disponibilizada pelo TCE, por meio da Resolução Administrativa nº157/2010, que declarou inadimplente o denunciado e outros prefeitos e presidentes de câmaras municipais com relação ao exercício financeiro municipal do ano de 2009. Em sua defesa, Pereira apontou a ausência de prejuízo ocasionada a terceiros.

Segundo a Procuradoria Geral de Justiça, existem provas da materialidade e autoria do crime pela prática prevista no artigo 1º, VI, do Decreto-Lei nº 201/1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos prefeitos e vereadores na prestação das contas anuais da administração financeira municipal aos órgãos responsáveis, dentro dos prazos e condições estabelecidos.

O desembargador Bernardo Rodrigues, relator do processo, teve o mesmo entendimento do Ministério Público e votou pela instauração da ação penal contra o prefeito. Os desembargadores Benedito Belo e Joaquim Figueiredo acompanharam o voto do relator.